



A PRÁTICA DOCENTE E A HISTÓRIA DO POVO NEGRO

Edmara Beserra dos Santos (1)-UEPB

edmarabeserra@hotmail.com;

Eduarda Avelino da Silva (2)-UEPB

eduardaavelino.silva06@gmail.com;

Janaína Andrade da Silva (3)-UEPB

janainaandrade83@live.com;

Lucicleide Araújo Rodrigues (4)-UEPB

lucicleidearaujo727@gmail.com;

Margareth Maria de Mello (5)-UEPB

margarethmelo@yahoo.com.br.

RESUMO

Esse artigo é resultado de uma pesquisa de iniciação científica, cota 2015-2016, desenvolvida no/pelo Grupo de Pesquisa Dialogando com a Diversidade Étnico-Racial, o qual busca compreender de que modo a implementação da Lei 10.639/2003 acontece em três escolas da rede pública municipal de ensino de Campina Grande-PB, em turmas do 4º e 5º anos do ensino fundamental. O objetivo geral do nosso trabalho é analisar como professoras e alunos tratam a temática africana e afro-brasileira, especificamente, relacionar como o conteúdo sobre a questão negra provoca a professora e alunos/as no cotidiano da sala de aula. Em pesquisas anteriores, verificou-se que as docentes utilizavam como único recurso o livro didático, durante as aulas de história. Diante dessa observação, procuramos dar maior atenção à forma como mediavam às aulas de história e, como tratavam a temática africana e afro-brasileira. Constatamos então, que seria necessário desenvolver oficinas de formação para as docentes, pois, em entrevista com as mesmas, foi declarado que tinham pouco conhecimento acerca do tema, o que comprometia o ensino efetivo dos conteúdos referentes ao assunto. A metodologia qualitativa da nossa pesquisa foi a dos/nos/com os cotidianos (ALVES, 2008), pois, entende-se que o pesquisador precisa se envolver e mergulhar na realidade que deseja conhecer e desvelar suas necessidades. Esse tipo de pesquisa permite várias técnicas de desenvolvimento da mesma, inclusive a intervenção com uma formação continuada para as docentes. Com essa intervenção conseguimos vislumbrar e conhecer em uma profundidade maior a forma como professoras e alunos entendiam e acreditavam a/na temática. Foram realizadas duas oficinas em que foram tratados os conceitos de diversidade, discriminação, preconceito, racismo, na primeira, e acerca da África, com suas riquezas, na segunda. As pesquisadoras se dividiram em duplas para ficar com cada turma do 4º e 5º ano e a orientadora e coordenadora da pesquisa ficou com as professoras, trabalhando o mesmo tema, permitindo que fosse dada continuidade pela professora o estudo da temática. Concluímos que foi muito produtivo, desafiador e enriquecedor para todas as atividades desenvolvidas: as pesquisadoras além do estudo, planejamento de sequências didáticas e recursos materiais, a

vivência de sala de aula, para as docentes, o estudo, a roda de conversas, com trocas de conhecimento e para os alunos as aulas interativas, problematizadoras e os temas de fácil compreensão gerou satisfação na maioria das pessoas do grupo.

Palavras-chave: Temática africana e afro-brasileira; prática docente; formação.

Bolsista da Iniciação Científica (1); Pesquisadora voluntária do Pibic (2); Pesquisadora voluntária do Pibic (3); Pesquisadora voluntária do Pibic (4); Orientadora (5).

INTRODUÇÃO

O ensino da temática africana e afro-brasileira com a aprovação da Lei 10.639/2003 é resultado de lutas do Movimento Negro. O Artigo 26 A, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) afirma: “nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira”.

O ensino da temática afro e afro-brasileira é regulamentada a partir da Lei 10.639/2003, que segundo, SILVA (2012),

A Lei 10.639/03, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB/Lei 9.394/96, (BRASIL, 1996) e torna obrigatório o estudo sobre a cultura e história afro-brasileira e africana nas instituições públicas e privadas de ensino, foi instituída no governo do então recém-empossado presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, que acatou as reivindicações do Movimento Negro que há muitos anos lutava para que o estado reconhecesse o racismo à brasileira e derrubasse a ideia de democracia racial que, por muito tempo, povoou o imaginário social brasileiro. (SILVA, p. 104, 2012).

Então, entendemos que a Lei 10.639/2003 não foi dada ou concedida, mas sim conquistada, sendo resultado de lutas e reivindicações do Movimento Negro e das demais instâncias que buscaram/buscam a implantação de uma sociedade com uma visão intercultural em que as diferenças existam e possam conviver harmoniosamente, nesse sentido, a educação assume um papel significativo na promoção de ações de reconhecimento das diferenças existentes e constituintes de uma nação,

Isto deveria ser o objetivo da educação interessada no desenvolvimento cultural. Para alcançar tal objetivo, é necessário que a educação forneça um conhecimento sobre a cultura local, a cultura de vários grupos que caracterizam a nação e a cultura de outras nações (BARBOSA, 1998, p.14).

Logo, a aprovação da Lei 10.639/2003 consiste numa oportunidade legal de proporcionar a valorização cultural dos diferentes grupos étnicos constituintes da sociedade brasileira, uma vez que torna obrigatório o estudo da cultura e história afro e afro-brasileira nas instituições públicas e privadas de ensino.

O objetivo geral do nosso trabalho é analisar como as professoras e alunos/as tratam a temática africana e afrobrasileira no cotidiano escolar do 4º e 5º ano do Ensino Fundamental, de algumas escolas da rede Municipal de Campina Grande, e como objetivo específico foi o de relacionar como o conteúdo sobre a questão negra provoca a professora e alunos/as no cotidiano da sala de aula.

Nesse sentido, inicialmente, foi feito o estudo de textos, autores: Vera Maria Candau (2002); Bianca Barbagallo Zucchi (2012); Wlamyra R. de Albuquerque, Walter Fraga Filho (2006), entre outros e documentos oficiais: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004) os Parâmetros Curriculares Nacionais de Pluralidade Cultural/Orientação Sexual (2001) que tratam sobre a diversidade cultural e a temática afro e afro-brasileira, para orientar a parte prática da nossa pesquisa buscamos por meio da pesquisa nos/dos/com os cotidianos (ALVES, 2008), compreender a forma como a Lei está sendo implementada em três escolas da rede municipal de ensino da cidade de Campina Grande-PB.

No transcurso do trabalho serão apresentados alguns estudos teóricos sobre a temática em pauta. Em seguida, apresentaremos a metodologia desenvolvida, os resultados e considerações finais.

METODOLOGIA

A presente pesquisa foi desenvolvida na cota 2015-2016 da pesquisa de Iniciação Científica, por alunos pesquisadores, sendo um bolsista e os demais voluntários com a orientação da professora Maria Margareth de Melo do Departamento de Educação da UEPB. Procurou-se focar a pesquisa de cunho qualitativo, devido a sua permissibilidade de abrangência de um contexto mais amplo da realidade investigada,

hoje em dia a pesquisa qualitativa ocupa um reconhecido lugar entre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes. (GODOY, 1995, p. 21).

A metodologia utilizada na pesquisa de campo foi a dos/nos/com os cotidianos, proposta por Alves (2008), a qual entende que o ambiente a ser conhecido exige um mergulho, um envolvimento do pesquisador nos cotidianos e espaços do campo de pesquisa, ou seja, essa pesquisa “exige do pesquisador que se ponha a *sentir o mundo* e não só a olhá-lo, soberbamente, do alto ou de longe” (ALVES, 2002, p. 16). Uma vez que, esse mundo que precisa ser sentido, apresenta uma certa complexidade, e o contexto da escola não seria diferente, por isso

A metodologia assumida considerou o cotidiano da escola como um espaço/tempo de produções/enredamentos de saberes, imaginações, táticas, criações, memórias, projetos, artimanhas, representações e significados. [...]. Queiramos ou não,

fazemos parte do cotidiano pesquisado e por mais alheios e neutros que desejamos ser, sempre acabamos por alterá-lo. (FERRAÇO, 2008, p.103).

Considerando essa proposta, percebemos que ao adentrarmos ao campo de pesquisa, o modificamos e somos modificados, a forma como o vemos passa por transformações desde a primeira observação até a última, não saímos do espaço escolar da forma como entramos, a concepção e visão são influenciadas por nossos preconceitos (não no sentido pejorativo do termo) e ideias que ao longo do envolvimento vão sofrendo modificações.

A parte interventiva do nosso projeto se deu com a produção de sequências didáticas, de recursos materiais: cartazes com conceitos e imagens, para efetuação das aulas. Cada sequência foi produzida após a discussão do conteúdo em encontros anteriores.

DICUSSÃO DOS RESULTADOS

Um trabalho de cunho qualitativo permite-nos um aprofundamento em relação ao tratamento dos dados obtidos, nesse sentido, por meio da análise de conteúdo construímos categorias de acordo com o que mais apareceu, o que menos apareceu e o que não apareceu durante as observações em sala de aula e a intervenção posterior, no caso, as oficinas com alunos/as e professoras. Sendo assim, três categorias foram elencadas: O negro como personagem central da discriminação, do preconceito e do racismo; África: conceito estigmatizado e A temática africana e afro-brasileira e a formação continuada de professores.

O NEGRO COMO PERSONAGEM CENTRAL DA DISCRIMINAÇÃO, DO PRECONCEITO E DO RACISMO

Com a realização da primeira oficina, a qual tratou sobre os conceitos: racismo, preconceito, discriminação e diversidade, ao questionarmos aos alunos se tinham conhecimento do significado de cada palavra, alguns responderam que sim, outros que não, então no quadro branco fizemos o registro das concepções dos alunos acerca de cada conceito. E o que mais chamou a atenção foi que cada significado estava ligado ao negro, além das respostas orais, pudemos identificar a mesma ligação nas redações feitas após o questionamento.

Então, nesta categoria buscaremos mostrar que determinados conceitos são ligados quase que automaticamente ao negro. Racismo, discriminação e preconceito quando pronunciados já são remetidos a pessoa negra.

Já o conceito diversidade é ligado diretamente a diversão, a práticas que a proporcionam, alguns afirmaram ter conhecimento acerca do conceito e o identificaram como sendo a variedade de culturas, pessoas, raças. A discussão do conceito nos dá a possibilidade de sobrepujar uma realidade



em que “muitas vezes não respeitamos o “outro”, ele é negado, destruído, eliminado, algumas vezes fisicamente e outras no imaginário coletivo, no âmbito simbólico” (CANDAUI, 2002, p. 88).

Todas as oficinas foram planejadas no/pelo grupo de pesquisa com a participação da orientadora e das pesquisadoras. Antes de construirmos a sequência didática houve o estudo, no grupo, do conteúdo que seria discutido e estudado com os alunos das turmas de 4º e 5º anos. Durante as discussões compreendemos que o conteúdo a ser trabalhado deveria ter uma metodologia que propiciasse o envolvimento dos alunos, diante disso, elaboramos uma sequência que permitia a realização de aulas interativas e problematizadoras.

No que se refere ao racismo os alunos o veem como sendo uma ação ou sentimento de discriminação contra a pessoa negra, seja o fato de apelidá-la até o não gostar da pessoa negra.

O conceito de discriminação é entendido como uma ação contra a pessoa negra, pois alguns alunos afirmaram que o termo se referia a chamar o negro de macaco e de outros apelidos ofensivos, rir da cor da pele, chamar o negro de malandro. Então foi feita uma conceituação da palavra discriminação, com a escrita da seguinte frase: “É um preconceito significando distinguir, diferenciar, excluir, ou seja, a discriminação é o fruto do preconceito” (alunos da escola B, 2016).

Quando trataram sobre preconceito houve uma relação: a pessoa preconceituosa; não aceitar pessoas de raças, cores e culturas diferentes; xingar o outro; não aceitar as pessoas por serem diferentes; não gostar de pessoas negras.

Após a nossa intervenção, propomos a formação de equipes para a produção de cartazes acerca do que tinham aprendido/apreendido na aula daquele dia. Os cartazes produzidos trouxeram imagens, por meio das quais, os alunos buscaram retratar a diversidade e situações que consideraram racismo e preconceito. Para tratar da diversidade colocaram imagens que continham pessoas de diferentes cores, classes, ainda houve quem confundisse diversidade com diversão. Em se tratando do racismo e do preconceito trouxeram imagens de pessoas negras sozinhas, de pessoa negra com pessoa branca.

Uma das equipes que tratou sobre racismo colocou imagens de pessoas brancas e negras juntas e felizes e escreveu o seguinte texto:

O racismo é uma coisa que uma pessoa quer ser melhor do que o outro, quando uma pessoa é chamada de macaco, preto etc. Pessoas negras, brancas, escuras, claras e que querem ser melhor do que a outra (alunos da escola A, 2016).



Logo, essa equipe mostrou haver entendido que o racismo trata-se de um sentimento de superioridade de uma pessoa em relação a outra devido fatores físicos, que segundo Moraes (2013) citando Racismo institucional: uma abordagem conceitual. Geledés, Instituto da Mulher Negra,

O racismo é uma ideologia que se realiza nas relações entre pessoas e grupos, no desenho e desenvolvimento das políticas públicas, nas estruturas de governo e nas formas de organização dos Estados. (MORAES apud Racismo institucional: uma abordagem conceitual. Geledés, Instituto da Mulher Negra, 2013, p. 11).

O que identificamos é que o racismo está no campo das ideias e que se encontra internalizado, contudo sendo expressado/externado por meio das ações individuais e coletivas, legitimadas, na maioria das vezes pela legislação, por meio de políticas públicas de acesso à educação, saúde como a posição social (status).

O termo racismo é substantivo derivado de raça, a qual devido teorias científicas acabou sendo levada ao senso comum de forma depreciativa, e segundo os PCNs de Pluralidade Cultural/Orientação Sexual (2001),

o termo “raça”, de uso corriqueiro e banal no cotidiano, vem sendo evitado cada vez mais pelas ciências sociais pelos maus usos a que se prestou. [...] o conceito de etnia, [...] substitui com vantagens o termo raça. (BRASIL, 2001, p. 44-45).

Diante da nossa intervenção-problematização do conceito tivemos a possibilidade de discutir que o racismo enquanto sentimento de superioridade em relação a fatores e características físicas atrapalha as relações interpessoais dificultando assim a convivência com as diferenças, ou seja,

Ninguém é melhor que ninguém por causa da cor da pele. Além disso, a discriminação, o ódio, a intolerância e a violência são atitudes que devem ser repudiadas pela sociedade, em nome do respeito à dignidade humana (MORAES, 2013, p. 15).

Moraes nos mostra que a cor da pele não deve definir quem é o melhor ou o pior, merecedor ou não de respeito, sendo assim, práticas discriminatórias devem ser desprezadas, pois, todos enquanto cidadãos temos direitos ao respeito e o dever de respeitar.

ÁFRICA: CONCEITO ESTIGMATIZADO

Tratar e discutir acerca da África é essencial para superarmos uma visão negativa e estereotipada, como também para compreendermos que a história do negro não se dá a partir da escravidão, mas desde a África quando o continente ainda não era explorado pelos europeus. Nesse sentido,



Conhecer a história da África é fundamental para entender como foi possível que milhões de homens, mulheres e crianças fossem aprisionados e trazidos nos porões de navios destinados às Américas. Por isso, para compreendermos a trajetória dos negros brasileiros é preciso saber como e por que o continente africano se tornou o maior centro de dispersão populacional do mundo moderno. (FRAGA E FILHO, 2006, p. 13).

Diante dessa compreensão, seguindo a ordem dos conteúdos discutidos na primeira oficina, nos propusemos a preparar uma sequência didática acerca da África, como uma forma de desconstruir/reformular a concepção, apresentando o lado belo da África, pois, como qualquer outro lugar, aspectos negativos e positivos coexistem.

Ao tratarmos acerca do conceito de África, na segunda oficina em sala de aula, pudemos visualizar concepções estigmatizadas e reproduzidas sobre o continente africano. Ao fazermos um levantamento do conhecimento prévio dos alunos, nos deparamos com as seguintes respostas: “a África é um país, com poucos alimentos, com temperaturas elevadas, com uma grande quantidade de negros que morrem de fome, que sofrem violência física e que são infelizes”. Além dessa visão de que só há pobreza e desgraça no continente, foi apresentado diversos tipos de animais, com uma presença fortíssima de uma fauna selvagem e de grande porte, como por exemplo: leão, onça, zebra, etc. Estes animais são destacados pela mídia e diretamente relacionados a África.

Durante o registro de seu conhecimento prévio acerca do conceito trabalhado uma aluna questionou: *-professora, na África tem prédios, edifícios?* O que esse questionamento deixa transparecer? Que imagem da África é reproduzida dentro dos diferentes espaços em que esses alunos participam? Tais questionamentos como também as concepções apresentadas pelos alunos nos permitiu visualizar uma realidade em que o conhecimento acerca da África estava limitado ao que era e ainda é transmitido e perpetuado socialmente.

Após esse momento em que fizemos o levantamento dos conhecimentos prévios dos alunos, questionamos as informações apresentadas e as problematizamos. Durante esse momento apresentamos uma África totalmente diferente daquela caracterizada por eles, tal África apresentada e estigmatizada é contada nos moldes de uma

[...] historiografia colonial ensinada aos africanos é uma história falsificada, mutilada e reduzida a um espaço-tempo insignificante em relação à verdadeira dimensão espacial e temporal da história da África, dos africanos e de seus descendentes da diáspora. Esse espaço-tempo de uma história mutilada se inicia apenas a partir dos mais recentes contatos da África e dos africanos com o mundo externo: o tráfico árabe, os chamados descobrimentos e o tráfico transatlântico seguidos pelos sistemas escravistas e colonialistas (SECAD, 2007, p. 8).



Durante muito tempo uma imagem de uma África escravizada e miserável foi transmitida com base em uma historiografia contada a partir do ponto de vista do colonizador, que passou uma imagem negativa acerca da África, a qual tem sua história contada a partir do tráfico e da escravidão.

Como se esperava os alunos ficaram surpresos e chegaram a questionar se a África tinha realmente todas as belezas apresentadas no cartaz levado a sala de aula. Ao termos o retorno da aula, por meio de textos redigidos pelos alunos, visualizamos que o conhecimento inicialmente apresentado sofreu algumas alterações, a visão de uma África triste, pobre e de miséria é substituída por uma que apresenta lugares bonitos, com belezas naturais e riquezas.

A TEMÁTICA AFRICANA E AFROBRASILEIRA E A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES

O próprio ambiente escolar constitui-se como um espaço em que o preconceito racial, de gênero, físico, intelectual estão presentes e sendo reproduzidos, por isso, a grande necessidade de uma prática docente interventiva e que promova discussões acerca da cultura e história africana e afro-brasileira, mas, a realidade é a seguinte,

Entre a exigência da lei e a prática docente na sala de aula há um paradoxo, principalmente porque a exigência não veio acompanhada de projeto de formação docente na área de cultura afro-brasileira. Portanto, há carência, negligência ou omissão do Estado na formação docente para lidar com tais conteúdos. CHAGAS (disponível em: http://www.anpuhpb.org/anais_xiii_eeph/textos/ST%2003%2020Waldeci%20Ferreira%20Chagas%20TC.PDF.)

Diante do contato inicial com as escolas, percebemos que pouca relevância é dada a temática por parte das professoras, uma vez que, observamos que as aulas de português e matemática são tidas como mais necessárias. Ao vislumbrar essa situação fizemos entrevistas com as docentes, questionando, principalmente, qual a principal dificuldade que enfrentavam em tratar a temática afro e afro-brasileira? Tivemos como resposta predominante, que a maior dificuldade enfrentada estava relacionada ao fato de que havia pouco conhecimento acerca da temática.

Mediante as entrevistas com as professoras percebemos que é dada uma imensa relevância ao tratamento do tema africano e afro-brasileiro, uma vez que, acreditam na possibilidade de superação do racismo, preconceito nas escolas por meio do estudo desse conteúdo, ainda enfatizam que há uma necessidade urgente de formação continuada de professores em relação à temática.



Sendo assim, foram realizadas oficinas de formação com as professoras executadas pela orientadora do Grupo de Pesquisa Dialogando com a Diversidade Étnico racial, a qual utilizou a metodologia de uma exposição dialogada, através de slides, com imagens dos livros didáticos, as mesmas temáticas foram tratadas com as docentes, que participaram muito bem, questionaram, trouxeram suas dúvidas e fizeram revelações sobre sua prática e até sobre questões pessoais. Todas gostaram muito e solicitaram que fosse dado continuidade. Esse momento de formação foi uma devolutiva sobre a pesquisa da cota anterior, para elas foi muito importante essa problematização do livro didático.

Pois, entende-se que a formação das docentes é uma das formas de possibilitar o reconhecimento da contribuição do povo negro a constituição do povo brasileiro, portanto oportunizar momentos de reflexão acerca da temática conduzirão a uma reflexão sobre a própria prática.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (2004, p. 12),

Reconhecer exige que os estabelecimentos de ensino, frequentados em sua maioria por população negra, contem com [...], professores competentes no domínio dos conteúdos de ensino, comprometidos com a educação de negros e brancos, no sentido de que venham a relacionar-se com respeito, sendo capazes de corrigir posturas, atitudes e palavras que implicam desrespeito e discriminação.

Contemplamos que, após a participação nas oficinas, as professoras passaram a dar maior atenção a disciplina de História, principalmente, a cultura e história africana e afro-brasileira, suas aulas de História passaram a ser mais discussivas-colaborativas com a participação dos alunos, além disso, passaram a intervir de modo mais veemente nas situações de preconceito de qualquer natureza, seja racial, de orientação sexual, religioso, entre outros.

CONCLUSÃO

A implementação da Lei 10.639 ainda é um desafio em se tratando de sua implementação no cotidiano escolar, especificamente no contexto da sala de aula, contudo, tivemos a possibilidade de vivenciar resultados significativos com a realização de oficinas nas/com os/as alunos/as e professoras das turmas de 4º e 5º anos. Nos dando assim a certeza e convicção de que um trabalho conjunto: universidade e escola, pode promover a ultrapassagem de sentimentos e ações racistas e preconceituosas, pois, num contexto em que se propõe a implantação de uma sociedade multicultural, de convivência com as diferenças.

O que consideramos é que entender o fenômeno da prática docente e a temática afro e afro-brasileira se faz um caminho para a realização e promoção de ações que visem a consolidação da Lei 10.639/2003 na prática. E em se tratando de uma Lei para educação, a prática docente aparece como protagonista e possibilitadora de uma ação transformadora que se espalhará por todos os contextos sociais, com que o aluno contactua.

Nas oficinas desenvolvidas pudemos ver o quanto os conceitos: racismo, discriminação, preconceito, diversidade e acerca da própria África confundem-se e se entrelaçam. O racismo apresentado como sendo um sentimento de superioridade de uma raça em relação a outra, um idealismo, é confundido com discriminação, a qual diz respeito a exteriorização do racismo ou do preconceito, ou seja, é com a discriminação que saber-se-á se determinada pessoa é preconceituosa ou racista. Além dessa confusão conceitual, percebe-se que há o entendimento de que falar de um conceito conduz a discussão de outro conceito.

Durante a realização das atividades do/pelo/no grupo de pesquisa pudemos ter a possibilidade de vivenciar novas experiências e situações que nos fizeram perceber o quanto a temática africana e afro-brasileira precisa ser trabalhada e vivenciada tanto no meio acadêmico quanto na Educação Básica. Pois durante muito tempo houve um silenciamento por parte do grupo dominante em relação aos dominados, e diante disso, houve uma disseminação de ações, sentimentos, ideologias excludentes e repressoras.

Nós, enquanto pesquisadoras, professoras em formação, encontramos dificuldades ao longo da realização da aula devido ao mau comportamento de alguns alunos indisciplinados que fazendo barulho estavam desatentos em relação a aula, e tirando a atenção dos colegas. Diante dessa situação, o desenvolvimento das primeiras atividades foi dificultado, mas com o trabalho contínuo e persistente, conquistamos a atenção da maioria dos alunos, além disso, segundo relato de algumas professoras, o comportamento dos alunos teve mudanças significativas, pois passaram a respeitar os colegas, a diminuir o uso de termos ofensivos contra os colegas. Tais acontecimentos nos dão a oportunidade de elaborar/reelaborar, construir/reconstruir nossa prática e postura enquanto educadoras dentro do sistema educacional brasileiro.

Acreditamos então que o trabalho de conscientização deve começar por quem estará conscientizando, pois trata-se de uma temática que envolve as relações humanas, nas suas peculiaridades.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Nilda. Decifrando o pergaminho – o cotidiano das escolas nas lógicas das redes cotidianas. In. OLIVEIRA, I. B. de; ALVES, N. *Pesquisa nos/dos/com os cotidianos das escolas: sobre redes de saberes*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p.15-38.

BARBOSA, Ana Mae. *Tópicos Utópicos*. Belo Horizonte: C/ Arte, 1998.

BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Racial e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília, DF: MEC, SEPPIR, SECAD, INEP, 2004.

_____. *Parâmetros Curriculares Nacionais – Pluralidade cultural/Orientação sexual*. 3ª edição. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. Brasília: A Secretaria, 2001. Volume 10.

CANAU, Vera Maria. Nós e os outros: a educação em direitos humanos. In. *Revista Novaamerica* n. 95, pp. 54-59, jul-set 2002.

CHAGAS, Waldeci Ferreira. *CULTURA AFRO-BRASILEIRA NO CURRÍCULO DE HISTÓRIA: A FORMAÇÃO DOCENTE E A PRÁTICA NA SALA DE AULA*. UEPB/CH. Disponível em: http://www.anpuhpb.org/anais_xiii_eeph/textos/ST%2003%20%20Waldeci%20Ferreira%20Chagas%20TC.PDF. Acesso em 14/05/2016 às 09:05.

FERRAÇO, Carlos Eduardo. Ensaio sobre uma metodologia efêmera: ou sobre as várias maneiras de se sentir e inventar o cotidiano escolar. In. ALVES, Nilda. OLIVEIRA, Inês Barbosa. (orgs.). *Pesquisa nos/dos/com os cotidianos das escolas - sobre redes de saberes*. Petrópolis: DP et Alii, 2008.

GODOY, Arilda Schmidt. *PESQUISA QUALITATIVA: TIPOS FUNDAMENTAIS*. *Revista de Administração de Empresas São Paulo*, v. 35, n.3, p, 20-29 Mai./Jun. 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a04v35n3.pdf>. Acesso em 13/05/2016 às 23:46.

Ministério da Educação – MEC / Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD, 2007.

MORAES, Fabiana. *No país do racismo institucional: dez anos de ações do GT Racismo no MPPE; Coordenação Assessoria Ministerial de Comunicação Social do MPPE, Grupo de Trabalho sobre Discriminação Racial do MPPE - GT Racismo*. -- Recife: Procuradoria Geral de Justiça, 2013.





II CINTEDI
II CONGRESSO INTERNACIONAL DE
EDUCAÇÃO INCLUSIVA
II Jornada Chilena Brasileira de Educação Inclusiva

16 a 18
NOVEMBRO
2016
LOCAL DO EVENTO
CENTRO DE CONVENÇÕES
RAYMUNDO ASFORA
GARDEN HOTEL
CAMPINA GRANDE-PB

ROCHA, Aristeu Castilhos da. História e cultura afro-brasileira: Subsídios para a prática docente. Revista Latino-Americana de História. *In.* Revista Latino-Americana de História. Vol. 2, nº. 6 – Agosto de 2013 – Edição Especial.

SILVA, Tássia Fernanda de Oliveira. LEI 10.639/03: POR UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISMO NO BRASIL. Ano VII, V.16, jul-dez de 2012 - ISSN 1980-8879 | p. 103-116. Disponível em: http://200.17.141.110/periodicos/interdisciplinar/revistas/ARQ_INTER_16/INTER16_008.pdf. Acesso em 13/05/2016 às 22:00.

